

**HETEROGENEIDADE MOSTRADA EM TEXTOS
ESCRITOS POR MORADORES
DE ESTRELA DE ALAGOAS
SOBRE A TEMÁTICA DA TOPONÍMIA PARALELA**

Pedro Antonio Gomes de Melo (UFAL, UNEAL, UEM)
petrus2017@outlook.com

RESUMO

Este artigo objetivou evidenciar formas de heterogeneidade mostrada, analisando o funcionamento textual de construções escritas por moradores do município de Estrela de Alagoas sobre o tema das variantes toponímicas na nomeação da referida unidade político-administrativa municipal alagoana, compreendendo estes textos como objeto constitutivamente polifônico e dialógico. Quanto aos métodos empregados, além de estudos bibliográficos, utilizamos a pesquisa de campo e como fundamentação teórica às análises, foram utilizados como autores basilares: Jacqueline Authier-Revuz (1990, 2004); Mikhail Bakhtin (1986, 2010); Sonia Aparecida Lopes Benites (2002); Oswald Ducrot (1987) e Ingedore Grunfeld Villaça Koch (2003, 2014). Os resultados evidenciaram que as manifestações de heterogeneidade, nas construções analisadas, se mostraram pela polifonia de locutores nos enunciados por meio das formas de arrazoadado de autoridade e de aspeamento. Na primeira, os locutores recorreram ao argumento por autoridade, citando personalidade eclesiástica, política ou matriarcal. Já na segunda, as aspas foram utilizadas como estratégia para marcar os topônimos não oficiais Bola e Estrela, caracterizando um comportamento avaliativo em relação ao uso da toponímia paralela.

Palavras-chave:

Texto e discurso. Aspeamento. Argumento por autoridade. Topônimo.

1. Introdução

Ao nomear os municípios de Alagoas, construímos um recorte lexical da toponímia alagoana, onde os sentidos atribuídos aos nomes de localidades estão relacionados diretamente ao contexto de sua produção e de sua recepção. Assim, em termos de sua funcionalidade descritiva ou narrativa, o aparecimento, a mudança ou a permanência destes topônimos são permeados por um conjunto de elementos de natureza simbólica ligados à subjetividade do nomeador e, geralmente, estão associados a episódios que se referem a algo do mundo extralinguístico que se cristalizam na tradição oral das comunidades, atuando como meio de construção de conhecimentos sobre o homem e sua relação com o meio circundante, fortalecidas em uma memória toponímica de consecutivas gerações.

A nomenclatura geográfica, em foco neste escrito o nome de mu-

nício, se constitui em duas frentes: a toponímia institucional que é registrada em documentos do governo e reconhecida oficialmente pela administração pública e a toponímia paralela que se constitui no conjunto de topônimos não-oficiais utilizados pelos moradores na designação de uma localidade. A relação entre o uso das toponímias, a distinção oficial e paralela e as questões socioculturais podem determinar as formas de compreensão e discursivização sobre esse uso.

É relevante descartar que os nomes populares de cidades, geralmente, são estigmatizados por um dado grupo social, a pesar de serem constitutivos do léxico toponímico da língua. Eles apresentam uma existência de fato, porém à margem da toponímia institucionalizada que é tomada como padrão de correção na designação de uma dada localidade e permeada por juízos de valor. Neste escrito, apropriamo-nos do conceito de léxico toponímico idealizado por Aparecida Negri Isquierdo (2012, p. 116) “como o conjunto de unidades lexicais investidas da função de nome próprio de lugar que podem reunir formas do vocabulário comum, alçadas à categoria de topônimos”.

No caso do município alagoano de Estrela de Alagoas, percebemos o uso de três nomes na prática linguareira; ora os moradores usam os topônimos populares Bola e/ou Estrela, ora usam o topônimo oficial Estrela de Alagoas, constituindo-se, assim, uma variação denominativa na região. Daí surgiu o nosso interesse em investigarmos como o homem, alocado num dado espaço físico do Nordeste do Brasil, estado de Alagoas, tendo a sua disposição essas possibilidades de escolhas lexicais, nomeia o referido município. Além disso, na área dos estudos do texto e do discurso, como moradores de Estrela de Alagoas manifestam em suas materialidades textuais escritas a aceitação ou reprovação quanto ao uso dos topônimos paralelos.

Considerando que a linguagem é constitutivamente heterogênea, opaca, polifônica e dialógica, e ainda que a palavra é por definição plurissignificativa podendo abrigar vários sentidos e conotar esquemas semanticamente opostos, quando empregada por grupos sociais diferentes, ela é resignificada, conforme seja utilizada por um ou por outro grupo social. Este artigo busca evidenciar as formas de heterogeneidade mostrada - analisando o funcionamento textual de construções escritas por moradores do município de Estrela de Alagoas sobre o tema das variantes toponímicas na nomeação da referida unidade político-administrativa municipal alagoana - a partir de manifestações evidenciadas em enunciados linguísticos concretos produzidos por locutores estrelenses.

Com efeito, buscamos interpretar as regularidades nestas produções, problematizando: (i) Como se dá a heterogeneidade de vozes do sujeito e como as vozes que ele deixa aparecer no enunciado podem estar marcadas nestes textos? (ii) Como a força polifônica do aspeamento e do argumento de autoridade (arrazoado) são mobilizados pelos locutores no funcionamento textual para convergir ou divergir sobre o uso de variantes denominativas?

Quanto aos métodos empregados, além de estudos bibliográficos, utilizamos a pesquisa de campo e como fundamentação teórica às análises, foram utilizados os autores basilares: Jacqueline Authier-Revuz (1990, 2004), Mikhail Bakhtin (1986, 2010), Sonia Aparecida Lopes Benites (2002), Oswald Ducrot (1987) e Ingedore Grunfeld Villaça Koch (2003, 2014). As análises se restringem aos mecanismos linguísticos.

Nosso *corpus* de análise, constitui-se de vinte e seis questionários estruturados com três perguntas abertas sobre a temática do uso dos topônimos *Bola*, *Estrela* e *Estrela de Alagoas* na designação da referida unidade político-administrativa municipal alagoana aplicados a moradores da localidade. Para este estudo, fizemos um recorte de algumas respostas destes textos.

Os entrevistados convidados a participar deste estudo estão distribuídos nas faixas etárias entre dezesseis e quarenta e sete anos, dos sexos masculino e feminino, com ensino médio completo ou em andamento, uma vez que pretendíamos trabalhar com textos escritos. A aplicação do questionário ocorreu no período compreendido de oito a dezesseis de agosto de 2016.

Este artigo está dividido em três seções: a primeira busca situar o leitor no universo desta pesquisa. Para tais fins, apresentamos breves informações sobre o município Estrela de Alagoas, destacando alguns aspectos geo-históricos relevantes para nossa análise; a segunda traz a fundamentação teórica que norteará este estudo, abordando, de forma concisa, os principais conceitos que serão utilizados para subsidiar a análise e interpretação de nossos dados e, por fim, na terceira seção, finalizamos este trabalho apresentando a análise e os resultados das interpretações dos textos investigados, pondo em foco o funcionamento textual das formas de heterogeneidade de aspeamento e arrazoado de autoridade.

2. Uma breve mirada geo-histórica para o município de Estrela de Alagoas: situando o universo da pesquisa

As informações dessa seção foram retiradas da *Enciclopédia de Municípios de Alagoas*. (2012).

No âmbito dos aspectos geográficos, o atual município Estrela de Alagoas está localizado na mesorregião geográfica do Agreste Alagoano, fazendo parte da microrregião geográfica de Palmeira dos Índios, é limitado ao norte pelo município de Bom Conselho (PE); ao sul pelo município de Igaci; a leste pelo município de Palmeira dos Índios; a oeste pelos municípios de Minador do Negrão e Cacimbinhas. Estendendo-se territorialmente por 259,8 km² e contava com 17 254 habitantes. A densidade demográfica é de 66,4 habitantes por km² em seu território. Ele se destaca pelas festividades, tendo como principais: a Festa do Caju, as comemorações de sua Emancipação Política e a Festa do Padroeiro São João Batista.

Historicamente, quando ainda era povoado, antes de sua emancipação político-administrativa, pertencia ao município de Palmeira dos Índios, era conhecido pela denominação Bola, em razão de existirem na região muitos exemplares de animais selvagens, entre os quais se destacava o Tatu-Bola – denominação comum para as espécies de tatu do gênero *Tolypeutes Tricinctus* conhecida como tatu-bola-da-caatinga.

Em 1952, o padre Ludgero, sacerdote da congregação religiosa dos padres do Sagrado Coração de Jesus da paróquia de Palmeira dos Índios, celebrou a primeira missa do então povoado Bola e, vendo a necessidade da população de instrução escolar, trouxe a primeira escola, que começou a funcionar em casa de Honorato Gonzaga, tendo como instrutora a professora Laura.

No dia 9 de janeiro de 1959, por ideia do Sr. Luiz Duarte, foi criada a primeira feira-livre, o que concorreu para um maior desenvolvimento e prosperidade do aglomerado rural. Tempos depois, por sugestão do padre Ludgero, tendo em vista o progresso que o povoado alcançou em pouco tempo de existência, ocorreu a primeira mudança toponímica e o local passou a ser denominado pelo topônimo de Estrela. Cumpre pontuar que quando um topônimo primitivo é substituído por outro nome é porque, provavelmente, o nome anterior já não atende aos ideais de um dado grupo social. Conta a tradição popular que o padre Ludgero teria dito na justificativa para a mudança: “(...) esta localidade é uma estrela bri-

lhante”. (MENDONÇA, 2012, p. 342)

Ao passar o tempo, o movimento pela emancipação político-administrativa foi crescendo entre os líderes da comunidade e a população, concretizando-se com a criação do novo Município que recebeu o nome de Estrela de Alagoas em 05 de outubro de 1989, pelo artigo 41, inciso V, do ato das disposições constitucionais transitórias da Constituição Estadual, desmembrado de Palmeira dos Índios, Cacimbinhas e Minador do Negrão. Constituído do distrito sede e sua emancipação em 05 de outubro de 1992, tendo como seu primeiro prefeito, Sr. Adalberon Alves Duarte, tomado posse no dia 01 de janeiro de 1993, data da instalação oficial do Município.

3. Fundamentação teórica

Como forma de situarmos epistemologicamente as interpretações e resultados que serão apresentados, se faz mister pontuarmos alguns conceitos-base para nossa discussão que possibilitaram chegarmos às considerações finais a respeito do funcionamento textual de manifestações de heterogeneidade mostrada no *corpus* examinado.

3.1. Linguagem, sujeito e texto

A concepção de sujeito da linguagem está, necessariamente, relacionada à noção de língua que se adote. Há, basicamente, três perspectivas de se compreender a linguagem. (KOCH, 2003). É relevante destacar que não estamos considerando essas três concepções de língua ou linguagem de maneira estanque, excludentes ou em um processo de evolução, mas como uma forma de didatização.

A primeira que compreende a linguagem como a expressão do pensamento é de base lógica e está presente na tradição gramatical normativa e prescritiva do certo ou errado. Essa concepção vê o sujeito psicológico, da consciência individual, colocando a expressão como uma atividade primária (construída no interior da mente), que ao ser externalizada, se configura apenas como tradução.

A segunda concepção observa a linguagem de forma mais linear, como um sistema rígido que obedece a regras para se efetivar enquanto linguagem, tornado possível a comunicação entre emissor e receptor. É de base estruturalista e tem a noção de valor como princípio fundamental.

Assim, compreende a linguagem como sistema de estrutura, instrumento de comunicação e está ligada à ideia de um sujeito (pre)determinado, assujeitado ao sistema. Essa concepção norteou os estudos estruturalistas da linguística moderna e o Círculo Linguístico de Praga.

Já na terceira concepção, a linguagem é compreendida como lugar social de interação e corresponde a noção de sujeito como entidade psicossocial de caráter ativo, participante do processo. É nessa terceira vertente que este trabalho se insere, compreendendo que a linguagem é de natureza social, portanto ideológica. Ela é constitutivamente polifônica e dialógica.

Em decorrência desse pressuposto, adotamos o princípio dialógico do chamado Círculo de Bakhtin, saindo de uma abordagem estruturalista, exterior ao indivíduo e analisável isoladamente e se encaminhando para uma abordagem em que o sujeito é constituído por heterogeneidade de vozes que trazem os traços ideológicos responsáveis por interpelar um indivíduo em sujeito, ocupando lugares e posições de sujeito que as práticas discursivas constroem para ele. Nessa perspectiva bakhtiniana, compreende-se que a língua:

não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua. (BAKHTIN, 1986, p. 123)

Isso significa dizer que, ao estudar a relação entre o eu e o outro, o teórico russo estabeleceu a ideia de que o dialogismo é o modo de funcionamento real da linguagem e, conseqüentemente, a dialogia como princípio constitutivo do enunciado. Compreendendo o enunciado como “a unidade de comunicação integrada num acontecimento comunicativo concreto realizado por um falante ou escrevente”. (VILELA & KOCH, 2001)

Com efeito, pensamos a linguagem como prática social fundamentalmente marcada pelo dialogismo e do modo como ela é afetada por fatores históricos e sociais, i. e., entendida como prática ideológica, no sentido bakhtiniano, que reflete e refrata os processos históricos de articulação das relações sociais.

Quanto à concepção de texto, compreendemo-nos como a interação entre sujeitos com objetivos sociocomunicativos, no qual não temos um produto acabado, mas em processo, então, adotamos a noção apresen-

tada por Ingedore Grunfeld Villaça Koch (2014, p. 30):

Um texto se constitui enquanto tal no momento em que os parceiros de uma atividade comunicativa global, diante de uma manifestação linguística, pela atuação conjunta de uma complexa rede de fatores de ordem situacional, cognitiva, sociocultural e interacional, são capazes de construir, para ela, determinado sentido.

Com efeito, são vários os aspectos multiculturais que configuram um texto, pois o falante aciona uma complexa rede de fatores ao produzi-lo de forma escrita ou falada. Logo, o texto é compreendido como processo e se constitui no próprio lugar de interação. Nessa perspectiva, os possíveis sentidos e seus efeitos não estão no próprio texto, mas se constroem a partir dele. Assim, todo texto apresenta um caráter dialógico e resulta do encontro de várias vozes. Considerando esse aspecto dialógico, a palavra “é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apoia (*sic*) sobre mim numa extremidade, na outra se apoia (*sic*) sobre o meu interlocutor” (BAKHTIN, 2010, p. 113), ou seja, a palavra é determinada por quem a emite e também por quem a recebe.

Seguindo esse entendimento, o texto é compreendido não como um produto acabado, mas como um processo, “resultado de operações comunicativas e processos linguísticos em situações sociocomunicativas” (BENTES, 2012). É essa a noção de texto aqui abraçada.

3.2. Polifonia enunciativa

Considerando que o conceito de polifonia, de certa forma, está ligado aos conceitos de dialogismo e heterogeneidade enunciativa, já que ambas as noções buscam distinção entre o eu e o outro. Neste artigo, recorreremos à teoria polifônica da enunciação, especificamente à noção de polifonia de locutores (dupla enunciação) idealizado por Oswald Ducrot (1987) para examinarmos as formas de heterogeneidade enunciativa mostrada de aspeamento e de arrazoado de autoridade.

O referido linguista francês, em consonância com Mikhail Bakhtin, contesta o pressuposto da unicidade do sujeito falante da enunciação, ou seja, polemiza que cada enunciado possui somente um autor e desenvolve uma abordagem linguística da polifonia, dando continuidade à reflexão de Mikhail Bakhtin sobre o dialogismo e a enunciação como acontecimento correspondente à produção de enunciado, abordagem análoga àquela de Émile Benveniste.

Nessa direção, Oswald Ducrot parte da noção de polifonia de Mikhail Bakhtin, que a considerava como uma categoria do texto literário de *Dostoiévski* e empregou o termo polifonia para nomear dois tipos de literatura: a dogmática, do tipo monológica, e a carnavalesca, popular ou polifônica. No entanto, se fastia da concepção bakhtiniana, uma vez que Mikhail Bakhtin aborda a polifonia dentro do universo enunciativo de um texto literário. Já Oswald Ducrot opera num nível linguístico, indicando, através dele, a possibilidade de um desdobramento enunciativo dentro do próprio enunciado, à maneira de uma encenação teatral em que atuam diferentes personagens.

Para Oswald Ducrot há dois tipos de polifonia: de locutores (mais de um locutor num mesmo enunciado) e a de enunciadores (mais de um enunciador num mesmo enunciado). Assim, fazendo uma distinção entre locutor de enunciador.

Percebemos que, na perspectiva ducrotiana, a heterogeneidade de vozes se estabelece com base no desdobramento da figura do locutor em outras figuras enunciativas, podendo, assim, tornar audíveis outras vozes através da sua, introduzindo o conceito de interpretação polifônica quando o ato ilocutório de asserção é atribuído a um personagem diferente do locutor (DUCROT, 1987). Nesse contexto, ele aponta três características do sujeito: 1) ser dotado de toda atividade psicofisiológica necessária à produção do enunciado e, ao mesmo tempo, de realizar a atividade intelectual que está subjacente à produção do enunciado e que envolve a formação de julgamentos, a escolha lexical, o uso de regras gramaticais etc.; 2) ser o autor, a origem dos atos ilocucionários realizados na produção do enunciado e 3) ser designado em um enunciado pelas marcas de primeira pessoa seja por um verbo cujo sujeito é “eu”, seja como proprietário dos objetos qualificados como “meus”, ou ainda, como aquele que se encontra no lugar denominado “aqui”.

Nas palavras de Sonia Aparecida Lopes Benites (2002, p. 62), para entendermos esses dois tipos de polifonia, é necessário compreendermos que para o Oswald Ducrot, o locutor

é o ser apresentado como responsável do enunciado. É a ele que se refere o pronome *eu* e as outras marcas de primeira pessoa presente no discurso. Esse locutor, ser do discurso, é diferente do sujeito falante, ser empírico, que é um elemento real da experiência, uma representação externa da fala, estranha àquela veiculada pelo enunciado.

Assim, na perspectiva ducrotiana, em um mesmo enunciado se apresentam diversos sujeitos com estatutos linguísticos distintos: o do lo-

cutor, o do sujeito empírico e o do enunciador. Para este estudo, interessa-nos apenas evidenciarmos as vozes de locutores marcadas nos textos no que diz respeito aos seus pontos de vistas quanto ao uso das variantes toponímicas Bola e Estrela.

3.3. Formas de heterogeneidade enunciativa mostrada

Apropriamo-nos do conceito apresentado pela linguista francesa Jacqueline Authier-Revuz (1990 e 2004) de heterogeneidade enunciativa. Para referida autora, esta noção é postulada a partir da concepção de heterogeneidade enunciativa mostrada - processos de representação, num discurso, de sua constituição, identificando explicitamente o outro, delimitado no interior da própria enunciação - e de heterogeneidades enunciativa constitutiva - processos reais de constituição de um discurso.

No âmbito das manifestações de heterogeneidade enunciativa mostrada, Jacqueline Authier-Revuz (1990, p. 26) explica-nos que se trata de “formas linguísticas de representação de diferentes modos de negociação do sujeito falante com a heterogeneidade constitutiva de seu discurso”. E são classificadas em formas marcadas e não-marcadas. A primeira consiste na aquela que está explicitamente representada no discurso, que mostra o lugar do outro de forma unívoca, já a segunda se refere àquela onde o outro é dado a reconhecer sem marcação unívoca. Dentro do quadro das heterogeneidades mostradas postulado por Jacqueline Authier-Revuz (1990), para este estudo, interessa-nos as noções de formas marcadas de aspeamento e argumento de autoridade (arrazoado de autoridade).

3.3.1. Aspeamento

O aspeamento é uma das formas de polifonia de locutores. Parafraseando Jacqueline Authier-Revuz (2004), o uso das aspas se constitui em marcas de uma manobra metalinguística de distanciamento, no seio do discurso. Com efeito, a palavra que é aspeada no fio do enunciado se estabelece para o receptor como objeto, o qual terá que dotá-la de responsabilidade, a fim de preencher o sentido que lhe é dado. Ou seja, ao utilizar-se das aspas, o locutor faz uso das palavras aspeadas a fim de desvelar a sua posição no seio do discurso.

Sendo assim, aspear uma palavra é, simultaneamente, comentá-la,

com diferentes conotações possíveis como de ironia, fidelidade, isenção de responsabilidade, condescendência entre outras, apontando para a presença do outro num processo polifônico na superfície discursiva do texto. No dizer de Sonia Aparecida Lopes Benites (2002, p.61), esse recurso “representa a evidenciação gráfica da heterogeneidade mostrada, na superfície do texto”, revelando a alteridade graficamente.

3.3.2. Argumento de autoridade

Ao tratar sobre polifonia, Oswald Ducrot (1987) faz a distinção entre autoridade polifônica e arrazoado por autoridade. Para o referido autor, a autoridade polifônica está presente na polifonia de enunciadores, enquanto o arrazoado por autoridade se encontra na polifonia de locutores.

Para perspectiva ducrotiana, no arrazoado por autoridade, o locutor responsável pelo discurso L1 traz outro locutor para o discurso L2, com o qual se identifica: “L assevera que há uma asserção de P por X” (DUCROT, 1987, p. 148). L2 é a figura que representa a autoridade, que L1 traz para o seu discurso como prova do que está asseverando.

Nessa mesma direção, a forma de heterogeneidade enunciativa mostrada marcada denominada de argumento por autoridade descrita por Jacqueline Authier-Revuz (1990) consiste em citar uma autoridade constituída em sua área de atuação e, portanto, funcionado como um fiador do ponto de vista anunciado.

Com efeito, a autoridade invocada tem que ser reconhecida como autoridade pelos seus pares e, ainda, os especialistas referenciados tem que concordarem entre si para que não haja contradição e enfraqueça os argumentos utilizados. Esses sujeitos, referenciados como autoridades inquestionáveis, são, portanto, previamente eleitos e selecionados por uma suposta competência, como também pelo prestígio, pela reputação que determinado indivíduo possui socialmente, especialmente a partir da posição hierárquica corporativa e/ou social que detêm.

Oswald Ducrot (1987, p. 140) apresenta, ainda, dois tipos particulares de argumentação por autoridade: a autoridade polifônica, diretamente inscrita na língua, e o raciocínio por autoridade, tipo de demonstração, como a indução, a recorrência e a analogia. Em razão da natureza deste artigo, não trataremos dessas questões.

4. Análise e resultados

Nesta seção, apresentaremos as análises de um recorte de enunciados linguísticos, selecionados a partir das produções textuais escritas nas respostas dos questionários, que constituíram o *corpus* deste trabalho. Compreendendo estes textos como objeto heterogêneo constitutivamente dialógico e polifônico. Como também que a modalidade escrita dispõe de vários recursos para identificar a presença do outro como força argumentativa polifônica.

Julgamos suficiente a apresentação de até quatro exemplos de ocorrências, quando possível, para ilustrarmos as reflexões aqui apresentadas de cada forma de heterogeneidade mostrada, já que, a nosso entender, se tornaria desaconselhável um número maior de exemplificações por sobrecarregar o texto.

4.1. O aspeamento como manifestação de heterogeneidade mostrada marcada em textos escritos por moradores de Estrela de Alagoas sobre a toponímia paralela.

Evidenciamos o aspeamento como uma das formas de heterogeneidade enunciativa mostrada marcada utilizadas estrategicamente na superfície das seguintes construções textuais (01), (02), (03) e (04).

TEXTO 01:

1. Qual o nome que você usa para se referi a sua cidade ? Bola, de Estrela ou Estrela de Alagoas. Por quê?

Bola. Porque sempre soube assim e também um nome carinhoso que usamos, e também pelo fato Bola é o nosso símbolo e particularmente gosto do nome "Bola"

No texto (01), quando é dado o comando para responder a primeira questão, na qual é perguntada qual dos nomes Bola, Estrela ou Estrela de Alagoas é usado para se referir a sua cidade e a qual razão dessa escolha, a resposta parece ser guiada pelo índice de pertencimento e constituição identitária dos moradores da cidade marcadas no texto pelas expressões (...) *sempre conheci*; (...) *um nome carioso* (...) *tatu bola é nosso símbolo*.

Nessa construção, o locutor responsável pelo enunciado defende o uso do topônimo paralelo *Bola* e marca sua subjetividade no texto pela primeira pessoa “eu”.¹³⁰ Em quanto tal, se coloca apresentando proposições de opinião *sempre conheci assim, (...) eu particularmente gosto (...)*. Nesse sentido, percebemos que há um primeiro enunciado, assumido pelo locutor, e reforçado em seguida pelos enunciados *e também um nome carioso que usamos, e também pelo tatu bola é nosso símbolo (...)* *eu particularmente gosto do nome bola* que trazem argumentos para apoiar sua posição de aceitação ao uso da variação denominativa.

Compreendemos que o uso das aspas no topônimo “*Bola*” configura uma forma de heterogeneidade mostrada marcada na superfície do texto de um posicionamento divergente com a voz institucional (representada pelo reconhecimento do topônimo oficial pela Administração Pública) na seleção do nome do município. Assim, ao aspear “*Bola*”, o locutor emitiu um julgamento sobre esse topônimo, argumentando por meio de seu conhecimento histórico, enciclopédico (que podem ser mais ou menos amplo, no caso da denominação toponímica de *Bola*, em razão de existirem na região, à época, de muitos animais das espécies conhecida como tatu-bola-da-caatinga) e a representação do mundo extralinguístico pelo linguístico em relação ao item lexical *Bola (...)* *também pelo tatu bola, é nosso símbolo*. É esse conhecimento de mundo que nos permite perceber e estabelecer a coerência global nesse texto (01).

TEXTO 02:

2. Entre os nomes **Bola**, **Estrela** e **Estrela de Alagoas**, qual a melhor forma para nomear a sua cidade, por que você tem essa opinião?

Estrela de Alagoas seria a forma de nomear a cidade. por que, quando falamos "Bola" "Estrela" as pessoas não sabem nem o Estado que pertence

Diferentemente do texto anterior (01), quando perguntada qual a melhor forma entre os nomes *Bola*, *Estrela* ou *Estrela de Alagoas* para nomear a sua cidade, evidenciamos que o locutor traz um posicionamento que cria efeitos de sentidos de reprovação à toponímia paralela, (...) *quando falamos "bola" ou "estrela" as pessoas não sabem nem o estado*

¹³⁰ Acreditamos que as construções em primeira pessoa, nos textos analisados, podem ter sido influenciadas, também, pelo comando da pergunta.

que *pertence*, ou seja, uma posição social marcada pelo aspeamento nos topônimos paralelos na superfície textual.

Partindo do pressuposto que o dialogismo envolve relações, que podem ser contratuais ou polêmicas, acordo ou desacordo, entendimento ou desentendimento, conciliação ou luta, etc. Os efeitos de sentidos construídos no enunciado (02) fazem alusão à noção de afronta, ao desrespeito à condição de município, desqualificando os topônimos populares “Bola” e “Estrela”, rejeitando quaisquer possibilidades de aceitação/aprovação de uma variação denominativa nesse jogo polifônico.

Evidenciamos que o uso das aspas como forma de heterogeneidade mostrada marcada, enfatizada por duas vezes no texto (02) pontuando os topônimos populares, sinaliza para quem escreve e para quem lê a intencionalidade do locutor em convergência com a voz institucional e divergente ao uso dos topônimos paralelos. Daí inferimos que o aspeamento é utilizado como estratégia para que se possa reconhecer a intenção comunicativa do locutor na eleição lexical toponímica (...) *quando falamos “Bola” ou “Estrela” as pessoas não sabem nem o Estado que pertence.*

Com base em Marcuschi (2008), a intencionalidade está ligada aos objetivos pretendidos pelo produtor do texto. Com efeito, o locutor aponta e enfatiza para a presença do outro na superfície discursiva do texto. Ele se posiciona, revelando sua intenção de traçar indícios de avaliação e emiti um juízo de reprovação diante do uso dos vocábulos “Bola” e “Estrela”, usando o recurso do aspeamento.

TEXTO 03

3. Qual sua opinião sobre as pessoas que usam uma forma diferente para nomear a sua cidade? Elas estão certas ou erradas? Por quê? *Algumas pessoas estão erradas porque usam essa forma diferente os vezes com ironia e outras estão certas porque os mas velhos que hoje estão vivos eles costumavam a chama de 'bola'.*

No texto (03), quando perguntada qual seria a opinião sobre as pessoas que usam a toponímia popular para nomear a sua cidade, o locutor, no jogo polifônico de entendimento e desentendimento, se marca a partir da perspectiva do outro nos enunciados: *algumas pessoas estão erradas porque usam essa forma diferente (...) e outras estão certas porque (...) em um embate dialógico em sua atitude comunicativa. Porém, não defende uma posição categórica, mas modaliza seu discurso conforme os*

grupos sociais que utilizam os topônimos paralelos.

Nesse sentido, no primeiro enunciado o locutor rejeita o uso da toponímia paralela reforçando a ideia da estigmatização, argumentando que a utilização do topônimo popular Bola, às vezes, traduz um valor irônico e sarcástico, em relação à condição de cidade do então povoado. No entanto, quando a palavra é usada pelas pessoas mais velhas traduz um sentimento de pertença, recuperando o valor cultural da origem da localidade marcada no topônimo Bola. Logo, evidenciamos, nestes enunciados, que as vozes do institucional e do popular e suas representações perpassam por uma disputa de posições de acordo ou desacordo, aceitação ou recusa, colocadas em cena pelo locutor nesses enunciados.

Mais uma vez evidenciamos o uso do aspeamento, neste caso (03) ele traduz a função demarcatória desse embate de avença ou desavença, marcando um estranhamento quanto ao seu uso da palavra “Bola” e os efeitos polifônicos de sentido por ela produzida.

Cumpramos, ainda, que os sentidos não são pré-estabelecidos, mas construídos e depende do contexto sócio-histórico-ideológico para se estabelecerem, logo este signo toponímico no enunciado ganha interpretações de acordo com a perspectiva ideológica dos grupos sociais no momento da enunciação.

A palavra é a arena onde se disputa os valores sociais contraditórios, lugar de lutas que “refletem os conflitos de classe no interior do mesmo sistema: comunidade semiótica e classe social não se recobrem.” (BAKHTIN, 2010, p. 14). Com efeito, a linguagem se torna o lugar de debate e de conflito e, conseqüentemente, o léxico toponímico também.

TEXTO 04

1. Qual o nome que você usa para se referir a sua cidade? **Bola**, de **Estrela** ou **Estrela de Alagoas**. Por quê?

Estrela de Alagoas, por que eu já aprendi a história da cidade pequena, e na época que eu era pequeno as pessoas já não usavam mais o termo “Bola”.

Nesse texto (04), quando perguntado qual o nome é usado pelo entrevistado para se referir a sua cidade e a razão dessa escolha, a resposta parece ser guiada pelo conhecimento formal do locutor marcada no

texto pelas expressões (...) *já aprendi a história da cidade pequeno e na época (...) as pessoas não usam mais o termo bola*, evidenciamos nesses enunciados que o locutor, diferentemente do texto (01), defende o uso da toponímia oficial como índice de pertencimento.

Ele enquanto tal é o ser apresentado como responsável do enunciado e coloca sua voz se posicionando na superfície do texto por meio de marcas de primeira pessoa, enfatizando seu ponto de vista (...) *por que eu já aprendi (...) eu era pequeno as pessoas já não usavam mais o termo “Bola”*. Mais uma vez, há o uso do aspeamento na forma lexical alternativa “*Bola*” emitindo um juízo sobre esse topônimo e se posicionando, estrategicamente, diante dessa seleção toponímica.

Ao analisamos os textos (01), (02), (03) e (04), podemos afirmar que há uma regularidade no uso das aspas nestas construções. Seguindo essa linha de pensamento, podemos dizer que os locutores utilizam a forma de aspeamento do tipo conotação autonímica para pontuar graficamente um julgamento sobre os topônimos populares e se posicionar perante eles nos enunciados.

A nosso ver, isso se evidencia quando o recurso de aspeamento não foi utilizado também para destacar graficamente o topônimo oficial Estrela de Alagoas em nenhum dos textos que constituíram nosso *corpus*, mas para aspear sempre os topônimos paralelos “*Bola*” ou “*Estrela*”. Se assim for, as aspas podem estar caracterizando um comportamento de estranhamento em relação à toponímia paralela, ao topônimo popular, visto à margem da institucionalização, logo o aspeamento como manifestação de heterogeneidade mostrada marcada não é utilizado de maneira neutra ou despropositado, mas como uma relevante estratégia de posicionamento no funcionamento de textos escritos por moradores de Estrela de Alagoas sobre a toponímia paralela.

4.2. O arrazoado por autoridade como manifestação de heterogeneidade mostrada marcada em textos escritos por moradores de Estrela de Alagoas sobre a toponímia oficial e paralela.

Identificamos o argumento de autoridade (arrazoado por autoridade) como uma das formas de heterogeneidade enunciativa mostrada marcada nas seguintes construções textuais (05), (06) e (07).

TEXTO 05

2. Entre os nomes **Bola**, **Estrela** e **Estrela de Alagoas**, qual a melhor forma para nomear a sua cidade, por que você tem essa opinião?

Estrela de Alagoas, por que foi o nome escolhido por o padre que auxiliou no crescimento da cidade, além do que, o próprio nome em si torna a cidade mais conhecida.

Nesse texto (05), quando perguntada qual a melhor forma entre os topônimos Bola, Estrela ou Estrela de Alagoas para nomear a cidade, o locutor advoga em entendimento com uso da toponímia institucionalizada, recorrendo ao argumento por autoridade.

Nessa construção, há um primeiro enunciado assumido pelo locutor em defesa do uso do topônimo oficial: *Estrela de Alagoas, por que foi o nome escolhido por o padre que auxiliou no crescimento da cidade*, e reforçado em seguida pelo enunciado *além do que, o próprio nome em si torna a cidade mais conhecida* para apoiar sua posição.

O locutor traz como marca de heterogeneidade mostra na superfície textual a figura de um eclesiástico, nome muito conhecido e respeitado na região, como prova do que está asseverando: *Estrela de Alagoas, por que foi o nome escolhido por o padre (...)*.

Interessante destacar a presença do artigo definido no sintagma nominal *o padre*, sinalizando que não é qualquer padre ou um padre desconhecido, recuperando assim o argumento por autoridade que faz alusão à figura eclesiástica local do padre Ludgero, sacerdote da congregação religiosa dos padres do Sagrado Coração de Jesus da paróquia de Palmeira dos Índios, que celebrou a primeira missa no povoado, em 1952, e que propôs a mudança toponímica de Bola para o nome Estrela, sugestão acatada pela comunidade e, posteriormente em 1993, institucionalizada na instalação oficial do Município.

Nessa direção, o locutor atribui ao referido religioso poder de autoridade oriundo das representações que a Instituição Igreja possui, a partir de uma posição hierárquica que detêm perante este grupo social. Ele mobiliza no funcionamento textual a figura do padre Ludgero para dar apoio a sua posição conciliadora ao uso do nome oficial Estrela de Alagoas.

E ainda, em foco o texto (05), pontuamos que o locutor recorre –

nas relações paradigmáticas léxico-semânticas - ao uso do modificador adverbial *mais* no trecho (...) *torna a cidade mais conhecida* como recurso linguístico para sinalizar sua posição de aceitação em favor da voz institucional da toponímia oficial. Com efeito, enfatiza seu ponto de vista no enunciado utilizando esse advérbio anteposto à palavra *conhecida* como força argumentativa polifônica que contribuem, discursivamente, para um efeito de sentido no enunciado, ou seja, a cidade quando nomeada pela toponímia oficial, torna-se mais reconhecida, mais respeitada, não apenas conhecia.

TEXTO 06:

2. Entre os nomes **Bola**, **Estrela** e **Estrela de Alagoas**, qual a melhor forma para nomear a sua cidade, por que você tem essa opinião?

Estrela de Alagoas pois é o nome que o seu Adalberon escolheu e é mais bonito

Nesse texto (06), como resposta para a mesma pergunta mobilizada no texto (05), o locutor também defende o uso da toponímia oficial, recorrendo ao argumento por autoridade. Em sua construção, há um enunciado, assumido pelo locutor *Estrela de Alagoas pois é o nome que seu Adalberon escolheu*, e reforçado em seguida pela adjetivação intensificada *é mais bonito* para apoiar sua escolha lexical e sua posição de convergência ao uso da toponímia oficial.

Nessa direção, o locutor responsável pelo discurso L1 traz outro locutor para o discurso L2, com o qual se identifica, recuperando a figura do primeiro prefeito do município, Sr. Adalberon Alves Duarte, empossado no dia 01 de janeiro de 1993, data da instalação oficial da referida unidade político-administrativa municipal do Estado de Alagoas.

Assim, nesse enunciado, para imprimir maior credibilidade ao seu dizer, o locutor atribui à posição socioeconômica e, sobretudo, política do referenciado um poder de legalidade, de autoridade inquestionável, fruto de uma marca de *status* político-social que o mesmo possui na região, especialmente a partir da posição hierárquica que detêm dentro dessa comunidade.

Interessante observamos que para sustentar sua opinião com relação ao topônimo oficial, o locutor faz uso também dos modificadores ad-

vérbio e adjetivo (...) *é mais bonito* com o intuito de efetuar a comunicação desejada, recorrendo ao modificador *mais* intensificando a adjetivação avaliativa *bonito* mostrada na superfície textual e aumentando a escala argumentativa do predicado ao qual é aplicado no enunciado.

Para Sonia Aparecida Lopes Benites, (2002, p. 136) “o atributo ou especificação, em geral, não estão propriamente no ser a que o adjetivo se refere, mas na imagem que o sujeito dele faz”. Seguindo esses passos, podemos dizer que o locutor faz uso dos modificadores, estrategicamente, no funcionamento textual quando pretende exaltar, valorizar a toponímia institucionalizada e, conseqüentemente o uso do topônimo oficial Estrela de Alagoas, sobrepondo-se a voz popular nesse jogo polifônico.

TEXTO 07:

1. Qual o nome que você usa para se referir a sua cidade? **Bola, de Estrela ou Estrela de Alagoas. Por quê?** *Estrela de Alagoas porque quando eu era pequena a minha mãe mim falou que antes era Bola mas passou a ser cidade e é chamada de Estrela de Alagoas.*

No texto (07), exemplificamos mais um caso em que o locutor, visando a validar seu ponto de vista no enunciado, a torná-lo mais verossímil sobre a importância da institucionalização do topônimo Estrela de Alagoas sinaliza para o argumento por autoridade.

Em sua construção, o locutor em quanto tal coloca sua voz no funcionamento do texto usando a primeira pessoa (...) *quando eu era pequena a minha mãe mim falou*, constituindo-se na língua em sua subjetividade, marcada no texto pela primeira pessoa “eu”, “minha” e “mim”. Além disso, ele usa o recurso da repetição lexical do topônimo oficial *Estrela de Alagoas* (...) *antes era Bola mas passou a ser cidade e é chamada de Estrela de Alagoas*, a nosso ver, como forma de marcar sua posição no que diz respeito ao uso da toponímia oficial na construção heterogênea do texto.

Consideramos a figura materna, em nossa sociedade ocidental, como uma personalidade institucionalizada socialmente como autoridade. Sendo assim, o texto (07) contém a função locutor mencionado que lança mão da autoridade materna, constituída socialmente pelo poder matriarcal de mandar ou proibir associado à confiabilidade.

Podemos perceber também que há uma hierarquia entre os locutores, uma vez que foi L1, que colocou em cena L2 *minha mãe mim falou* (...), que é responsável, apenas pela segunda parte do enunciado (...) *antes era Bola mas passou a ser cidade e é chamada de Estrela de Alagoas*, enquanto que L1 é responsável por todo o enunciado.

Nessa direção, o interlocutor/leitor é conduzido a uma determinada conclusão, a fim de aceitar uma ideia específica defendida pelo locutor. Logo, ele encontrou no argumento por autoridade uma forma estratégica de argumentar que direciona para o êxito da tarefa de convencer.

Ao analisamos os textos (05), (06) e (07), podemos afirmar que há uma regularidade, quanto ao uso do argumento de autoridade (arraçado por autoridade). Assim, podemos dizer que o locutor utiliza um argumento capaz de silenciar o outro ou fazer prevalecer seu ponto de vista, estrategicamente, no funcionamento textual sempre que pretendem sobrepor a voz popular no jogo polifônico, imprimindo maior força argumentativa em suas construções, visando validar seu posicionamento convergente ao uso do nome oficial Estrela de Alagoas na designação do referido município. O locutor utiliza argumentos e fundamentando-os com as vozes autorizadas e reconhecidas como vozes de autoridade.

Nessa direção, o locutor recorreu ao argumento por autoridade, seja recuperando uma figura religiosa (padre Lugdero), política (Adalberon Duarte) ou matriarcal (mãe), sempre em defesa das relações contratuais do ponto de vista institucional, dito de outra forma, da aprovação, aceitação, acordo etc. do uso do topônimo oficial Estrela de Alagoas em reprovação, recusa, desacordo etc. à variação denominativa, aos topônimos populares *Bola* e *Estrela* usados pela comunidade no cotidiano.

Com efeito, evidenciamos que se associa o *status* de cidade, a noção de crescimento urbano ou a ideia de progresso à institucionalização de seu topônimo oficial que é reconhecido pelo Estado e registrado em documentos da administração pública nas vozes que o locutor deixa aparecer nos enunciados.

Destacamos, ainda, que esse tipo de heterogeneidade de vozes dos textos (05), (06) e (07) em que L2 é portador do mesmo ponto de vista de L1 não seria um caso de polifonia para Mikhail Bakhtin, pois este teórico não considerava como polifônico o discurso em que a voz da personagem (L2) é portadora do mesmo ponto de vista do autor (L1). No entanto, Oswald Ducrot considera polifonia, discordando assim, do teórico russo.

5. Considerações finais

Finalizamos este artigo, ressaltando que as manifestações de heterogeneidade se mostraram pela polifonia de locutores no funcionamento textual, tendo sua origem em sujeitos falantes moradores do município de Estrela de Alagoas, que apresentaram uma intenção comunicativa assumida por locutores nos enunciados - espaços de lutas entre vozes sociais - sobre o uso da toponímia paralela.

As análises mostraram a relação entre as formas de construção da argumentação sobre o uso da toponímia e a vinculação sociocultural dos sujeitos com a forma de designar o espaço onde vivem.

É importante frisarmos que, o locutor não é um sujeito empírico produtor do enunciado, mas uma figura enunciativa que convocaram determinados pontos de vista. Além disso, o que está explícito na superfície textual se apresenta como um importante componente da construção do sentido do texto, porém não é o único fator na construção desses efeitos de sentido.

Os recortes textuais analisados se caracterizaram como objeto constitutivamente polifônico e dialógico, nos quais a heterogeneidade de vozes sociais do popular e do institucional, entre outras, e as representações que esses grupos sociais fazem dessas variantes denominativas se manifestaram por formas de heterogeneidades mostradas marcadas de aspeamento, argumento de autoridade e modificadores, sinalizando posicionamentos e atribuindo efeitos de sentidos de aceitação e/ou negação dessa característica toponímica do município Estrela de Alagoas.

No âmbito do aspeamento, destacamos que esse recurso não é utilizado de forma aleatória, uma vez que o locutor por meio das *aspas* emitiu um julgamento sobre esses nomes e se posiciona perante eles.

Conforme a análise do *corpus*, há uma regularidade no uso do aspeamento, i. é., foi sempre utilizado como estratégia para marcar os topônimos não-oficiais “Bola” e “Estrela”, caracterizando um comportamento de julgamento avaliativo em relação à toponímia paralela na heterogeneidade de vozes.

Quanto ao argumento de autoridade, pontuamos que para imprimir maior força argumentativa polifônica, visando a validar seu discurso, os locutores recorreram à autoridade eclesíastica (padre Lugdero), à política (Adalberon Duarte) ou uma autoridade matriarcal (mãe), sempre em

defesa do ponto de vista institucional. É bem provável, que essas escolas estejam relacionadas às representações de prestígio, às posições de hierarquia socioeconômico e histórico-cultural que essas figuras gozavam nesse grupo social, podendo, então, justificar/determinar essas escolas em seus enunciados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Heterogeneidade(s) enunciativa(s)*. Trad.: Celene M. Cruz e João Wanderley Geraldi. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, vol. 19, p. 25-42, 1990. Disponível em: <<http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/cel/article/view/3012/4095>>

_____. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: Edipucrs, 2004.

BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986.

_____. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

BENITES, Sonia Aparecida Lopes. *Contando e fazendo história: a citação no discurso jornalístico*. São Paulo: Artes & Ciências, 2002.

BENTES, Anna Christina. Linguística textual. In: MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna Christina. (Orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*, vol. 1. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012, p. 245-285.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 05-08-2016.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

ISQUERDO, Aparecida Negri. Léxico regional e léxico toponímico: interfaces linguísticas, históricas e culturais. In: ____; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*, vol. VI. Campo Grande: UFMS, 2012, p. 115-139.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Desvendando os segredos do texto*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. *O texto e a construção dos sentidos*. 10. ed. São Paulo: Contexto

2014.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. 3. ed. São Paulo: Parábola, 2008.

MENDONÇA, Carlos Alberto Pinheiro et al. *Enciclopédia Municípios de Alagoas*. 3. ed. ampl. atual. e rev. Maceió: Instituto Arno de Mello; Núcleo de Projetos Especiais, 2012. Disponível em:
<<http://www.youblisher.com/p/525211-Enciclopedia-dos-Municipios-de-Alagoas>>. Acesso em: 10-08-2016.

VILELA, Mário; KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Gramática da língua portuguesa*: gramática da palavra, gramática da frase, gramática do texto/discurso. Coimbra: Almedina, 2001.